

A PRESENÇA DO MULTICULTURALISMO E DA DEMOCRACIA NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DA ESCOLA PÚBLICA

THE PRESENCE OF MULTICULTURALISM AND DEMOCRACY IN PROCESSES ORGANIZATIONAL PUBLIC SCHOOL

Dayse Medeiros de Sousa¹
Erika Roberta Silva de Lima²
Ciclene Alves da Silva³

RESUMO:

Discutimos as concepções de multiculturalismo, democracia e gestão presentes na escola pública, mediante a práxis de um gestor escolar. Observamos que o multiculturalismo consiste na inserção do respeito à diversidade, nas ações pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar e no currículo. A democracia na gestão participativa, envolvendo os sujeitos no agir pedagógico. No entanto, há limites no reconhecimento do multiculturalismo e da gestão democrática; são ideais ainda distantes das práticas organizativas da escola existente.

PALAVRAS-CHAVE: Multiculturalismo, Democracia, Gestão escolar, Escola pública.

ABSTRACT:

We discussed the concepts of multiculturalism, democracy and governance present in public school, through the practice of a school manager. We note that multiculturalism involves inserting respect for diversity in the educational activities developed in school life and curriculum. Democracy in participatory management, involving the subjects in the educational act. However, there are limits on the recognition of multiculturalism and democratic management; they are still far from ideal organizational practices of the existing school.

KEY WORDS: Multiculturalism, Democracy, school management, Public School.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio grande do Norte - UERN. Especialista em Educação e Linguagens para multiculturalidade na Educação (UERN). deisinhadesousa@hotmail.com

² Mestrado em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. erika_limma@hotmail.com

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professora assistente IV da UERN. ciclenealves@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda e discute a presença do multiculturalismo e da democracia nos processos organizacionais da escola pública a partir das diferentes concepções de multiculturalismo, democracia e gestão escolar e da percepção de uma gestora escolar sobre o multiculturalismo e a democracia na escola pública.

Os processos organizacionais da escola, os quais serão discutidos neste texto, como o planejamento de ações voltadas ao reconhecimento e respeito às diferenças culturais, raciais, religiosas; A organização e elaboração de projetos e programas; A estrutura dos conselhos que existem na escola e o Conselho Escolar, o Conselho de Pais e Mestres são procedimentos que não podem estar de fora do trabalho na escola.

A escola tendo ações coletivas a ser realizada para atingir a um objetivo comum, como a aprendizagem de todos os alunos, de forma democrática e com matrizes assentadas numa concepção multicultural de educação, precisa garantir uma organização no espaço escolar. Esses processos também são responsáveis pelas relações sociais e humanas as quais respeitam a diversidade dentro da escola.

O responsável pela a organização e coordenação do trabalho das pessoas na escola é o gestor escolar. É a pessoa que ao planejar ações, administrar, direcionar, coordenar e criar condições de trabalho está desenvolvendo os processos organizacionais e fazendo parte desses processos. A gestão escolar é apresentada mediante a literatura da área, em várias concepções e chega a ser definida de diferentes formas.

Ao discutirmos gestão escolar e suas concepções atentamos para a gestão democrática e os princípios que a embasam: descentralização, autonomia e participação. Para significar a gestão democrática nos apoiamos no texto de Viriato (2002).

Procuramos a partir da discussão sobre gestão democrática entender as concepções atribuídas ao conceito de democracia. Diante disso, fomos discutir o multiculturalismo e como deve ser sua presença nos processos organizacionais da escola pública, pois este deve fazer parte de um ambiente democrático. Vale salientar que não limitamos a discussão apenas na definição do conceito de multiculturalismo, mas a fizemos relacionando o tema com a concepção do que é cultura. Isso foi possível a partir da leitura dos escritos de Hora (2002), Santos (2007) Medeiros, et al (2002), Candau (2002), Torres (2001) e Touraine (1997).

Para estudar e escrever sobre a compreensão do gestor escolar acerca do multiculturalismo e democracia na escola, solicitamos a colaboração da gestora de uma escola da rede pública de ensino da cidade de Mossoró-RN. Para tanto, aplicamos um questionário semiestruturado com a gestora, que pode expressar suas concepções acerca do papel do gestor, sobre gestão democrática, multiculturalismo e democracia. A análise dessas respostas compõe a segunda parte do artigo

O artigo foi uma atividade proposta pela disciplina “Políticas Educacionais e Multiculturalismo”. A construção da elaboração do artigo teve como objetivo geral, nos possibilitar a experiências práticas e aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer da disciplina, por meio da realização de uma pesquisa de campo, direcionada a problematizar a práxis do gestor escolar da escola pública brasileira.

O artigo está organizado de modo que: Na primeira parte trazemos as concepções de organização escolar, gestão, democracia e multiculturalismo. Em seguida, uma análise e discussão das respostas da gestora investigada. Por último tecemos algumas considerações sobre a realização desse trabalho e sobre a presença do multiculturalismo e da democracia nos processos organizacionais da escola pública.

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DA ESCOLA PÚBLICA

A escola tem uma organização de acordo com as normas dos Estados e dos Municípios, esta organização deve estar prevista no Regimento Escolar, conforme os sistemas e as redes que estas compõem. A estrutura escolar deve manter relações entre os diversos setores da sociedade.

Baseada na abordagem de Libâneo (2004), que discute a organização escolar identificamos a sua organização básica como:

Conselho de escola que tratam das atribuições consultivas, deliberativas e fiscais, tem a participação dos docentes, alunos e pais, funcionários e especialista em educação;

A direção da escola que é composta pelo diretor (a) e o assistente do diretor. A função da direção é coordenar, organizar e gerenciar as ações promovidas pela escola;

Setor técnico - administrativo, fazem parte deste setor a Secretaria Escola, serviços auxiliares e multimeios. Esse setor é responsável pelas atividades meio que asseguram o bom funcionamento da escola;

Setor pedagógico atende as atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional, os profissionais que atuam neste setor tem a função de acompanhar as atividades pedagógicas curriculares e prestar assistência pedagógico-didática aos professores;

Instituições auxiliares, podem ser Associações de Pais e Mestre (APM), Grêmios Estudantil, Caixa Escolar. É preciso que estas instituições tenham autonomia;

Professores e alunos são necessários para que haja o processo de ensino aprendizagem. Além desta estrutura organizacional, apontada pela literatura existem outros elementos que precisam ser atenciosamente atendidos, pois são importantes para a organização e gestão da escola. Os elementos complementares para essa gestão são: Planejamento; Organização; Direção/Coordenação e Avaliação. No planejamento deve-se explicitar bem os objetivos, prevendo o que deve ser feito para atingi-los. Na organização, pensa-se no direcionamento dos recursos humanos e físicos para se realizar o que foi planejado. Na direção e coordenação deve estar explícito a colaboração e participação coletiva. A avaliação serve para acompanhar o bom ou mau funcionamento da escola.

Libâneo (2004) ao escrever sobre cultura da escola

[...] Diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais, psicológico que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular. No caso da escola, isso significa que, para além daquelas diretrizes, normas, procedimentos operacionais, rotinas administrativa, há aspectos de natureza cultural que as diferenciam umas das outras [...] (LIBÂNEO, 2004, p.106).

A cultura organizacional faz parte da gestão da escola, se dá na interação dos membros da escola, apresentando diferentes culturas, seja oculta ou explícita, mas que traça bem as peculiaridades de cada uma. A escola produz a sua própria cultura, apresentando modos de agir, valores e significados próprios. Esta abordagem é muito complexa por envolver pessoas com bagagens culturais diferentes e interesses distintos, por isso surgem conflitos na construção de uma cultura organizacional.

Para compreendermos o que são e como devem ser os processos que organizam a escola foi necessária uma aproximação com a discussão em torno dos termos organização, gestão e administração. Tivemos que buscar principalmente nos textos de Libâneo (2004) e Hora (2002) qual a expressão que melhor traduz as ações para o funcionamento da escola. Libâneo (2004) faz uma distinção entre esses conceitos e conclui que, sendo a escola uma

organização, “na medida em que ela se constitui como unidade social”, o termo organização é o mais apropriado para referir aos processos de tomadas de decisões, direção e controle das decisões dentro da escola, pois, junto com o termo gestão escolar, são mais abrangente que administração.

As expressões organização e gestão escolar podem também ser chamadas de administração escolar, conforme Libânio (2004). O termo administração escolar como sinônimos de organização e gestão implica uma mudança de concepção da realidade por meio de uma atuação diferente.

O presente trabalho trata do multiculturalismo e da gestão escolar, portanto, a gestão e a organização da escola devem estar a serviço e possuir como fim último essas duas questões. Mas o que é gestão escolar? A gestão escolar se caracteriza por envolver os aspectos gerenciais e técnicos-administrativos nos procedimentos para atingir as metas da instituição.

A gestão pode ter diferentes significados de acordo com a concepção e os objetivos da educação em relação à sociedade e a formação dos educandos (LIBÂNIO 2004), ou seja, um conjunto de ações intencionais e sistemáticas, advindas dos gestores, para a organização, desenvolvimento e funcionamento da escola, numa perspectiva multicultural.

Mais adiante buscaremos entender o conceito e as concepções de gestão democrática, mas antes se faz necessário comentar sobre as teorias gerais da administração, que segundo Hora (2004), a gestão escolar baseasse nessas teorias, desenvolvida por meio de três escolas: a clássica, a psicossocial e a contemporânea.

A primeira escola, a clássica, teve como critério administrativo a eficiência econômica. A escola psicossocial, na década de 1920 continua com critério de ordem, equilíbrio, harmonia e interação que a escola classista mantinha, mas evolui quando a capacidade administrativa era medida pelo alcance dos objetivos educacionais proposto. O critério administrativo da terceira escola é a afetividade, objetivando o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida humana. (HORA 2004)

A partir da leitura sobre as teorias apresentadas, é possível perceber a evolução nas concepções do que deve ser a organização interna da escola. Essas que são reflexos das concepções da função da escola, da formação da sociedade e das concepções de estado quanto à organização da educação e da escola, como verão no próximo tópico.

Concepções de gestão

Baseando-nos no texto de Libânio (2004) apresentaremos quatro concepções de gestão escolar: técnico científico, autogestionária, interpretativa e a democrático - participativa. Entretanto, nos deteremos mais na última concepção, por acreditarmos ser o melhor caminho para a construção de uma escola de todos e para todos que respeitem práticas multiculturais.

Na primeira concepção, técnico-científica, prevalece a hierarquia de cargos e funções, a racionalização e divisão dos trabalhos escolar. Baseia-se também na burocracia. Segundo Libânio (2004) esse é “[...] o modelo mais comum de organização escolar encontrada na realidade educacional brasileira” (p.120).

A concepção autogestionária é aquela que se caracteriza pela “responsabilidade coletiva, ausência de direção centralizada e acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição” (idem).

A terceira concepção é a interpretativa que para Libânio (2004), essa concepção “considera como elemento prioritário na análise dos processos de organização e gestão os significados subjetivos, as intenções e interação entre as pessoas” (p.123).

As concepções de gestão apresentam diferentes visões do que deve ser a organização, a gestão, as relações de poder e a interação na escola. Cada uma dessas concepções representam diferentes posições políticas e concepções sobre a função da escola e a formação da sociedade.

Quando conceituamos a gestão como processo coletivo para o bom funcionamento da escola, visando atingir os objetivos comuns assumidos por todos, abordamos de acordo com a concepção democrático-participativa da gestão, por estar fundamentada na participação de toda comunidade na tomada de decisões da escola.

Gestão democrática

Discutir o conceito de gestão democrática seus princípios, a partir do conceito de democracia e multiculturalismo são fundamentais para compreendermos como se construí a democratização dos processos administrativos da escola pública.

Entende-se que gestão democrática é uma forma de organizar uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. A gestão democrática entre em evidência pós- Constituição de 1988 e pós- LDB 9.394/96.

A gestão democrática da escola pública:

Deve ser parte de um projeto social coletivo, incitando a sociedade a construir mecanismos de participação nas diversas instituições em que o 'poder' estatal faz-se presente, mediante a vontade existente nas subjetividades que vislumbram a construção de um conhecimento integrador e não disjuntivo (MEDEIROS, ET AL, 2002. P.128).

Isto é, toda a dinâmica da educação deve ser organizada a partir de uma gestão participativa, que preconiza a escolha do gestor escolar pela comunidade. Escolha do gestor é apenas um dos vários mecanismos da gestão escolar democrática.

Para compreender a gestão escolar é imprescindível que levantemos aqui as concepções políticas educacionais sobre a mesma, essas que refletem as concepções de Estado e suas formas de organização. Viriato (2002) comenta sobre a redefinição do papel do Estado brasileiro com a relação à política pública para a gestão escolar. Em um trecho do texto o autor frisa:

Um modelo de Estado neoliberal há, a partir principalmente dos anos noventa, uma ressignificação das palavras. Assim, os temas que são utilizados num projeto de sociedade que vise a transformação social, são apropriados pelos neoliberais e empregados de forma enviesada. É o que ocorre, como já dissemos, com os termos descentralização, participação e autonomia [...] (VIRIATO 2002, p.06).

Os termos citados pelo autor são princípios que embasam ações de uma gestão democrática, ajudando a compreender o que é gestão democrática e como deve ser efetivada na gestão escolar. A descentralização significa, de acordo com Cassassus (1995 in Viriato, 2002) tirar o poder do centro, transferindo-o para o poder local, o que exige alterações no núcleo de poder. Ainda sobre o conceito de descentralização, Viriato (2002) escreveu:

Entendemos que o conceito de descentralização utilizada como sinônimo de desconcentração está articulada a uma perspectiva econômica, a uma perspectiva de Estado que se fundamenta na necessidade de controlar o gasto público, de privatizar a contratação dos professores e funcionários, de transferir as escolas públicas para o setor público não-estatal. Dependendo do conceito, a descentralização pode ratificar políticas educacionais que proporcionem um processo crescente de desprendimento de poder por parte do Estado, em que o sistema educacional seja regulado pelo

mercado, ou pode ratificar políticas educacionais que possibilitem o poder e controle da sociedade civil organizada sobre uma atividade pública (p.08).

Com isso, podemos dizer que a descentralização dos processos organizacionais da escola é a possibilidade da comunidade local ter a autonomia e poder de participar das decisões financeiras, administrativas e pedagógicas, podendo contar com o apoio do Estado nos recursos financeiros e técnico-administrativo.

Participação e autonomia são mecanismos democráticos, sem eles não há a descentralização. A participação é “a possibilidade de a comunidade escolar identificar os problemas pertinentes à escola, apresentar alternativas para solucioná-las e administrar os recursos financeiros e materiais consoantes com tais alternativas” (Viriato, 2002,p.09).

A citação aponta que a participação da comunidade escolar é para intervir nos rumos da escola, mas, nada que substitua ou anule a função do Estado. A comunidade escolar pode participar junto ao Conselho da Escola, Associação de pais e mestres e Grêmios estudantis.

A autonomia, para Viriato (2002), “[...] deve ser entendida como a expressão da gestão democrática. Assim, a autonomia faz-se presente enquanto uma questão política, enquanto tomada de decisões coletivas sobre os rumos da escola pública[...]” (p.09).

A implementação de uma gestão democrática exige um projeto de sociedade democrática, não pode ser uma implantação isolada, que ocorra somente dentro da escola. Temos que saber que o processo de gestão democrática da escola é um desafio para a construção das novas relações sociais e para um espaço público de decisão e discussão (VIRIATO, 2002). O multiculturalismo é fundamental para que se construa uma gestão democrática, pois o mesmo é expressão de luta pela igualdade de direitos, pelo respeito às diferenças e pela democratização nas interpelações pessoais e sociais. Portanto, o multiculturalismo é imprescindível para uma prática democratizante, para que não se negue a presença da diversidade cultural existente na escola e não se produza desigualdades sociais e culturais.

Democracia

Sabe-se que a palavra democracia vem do grego demos = (povo) e kratia, de krátos (governo), dando ao cidadão a capacidade de decidir os destinos da polis (cidade - estado grega). Entretanto a partir do século XX a definição de democracia passou a fazer parte de debate nas ciências políticas. Para entendermos democracia se faz necessário entendermos o que é democracia de baixa intensidade, democracia de alta intensidade, democracia representativa e democracia participativa. Recorremos concepção de Boaventura de Sousa Santos trabalhar o conceito de democracia.

Para Santos (2007), vivemos em sociedades de democracia de baixa intensidade. Democracia de baixa intensidade tem a ver com os sistemas democráticos representativos, ou seja, com uma democracia representativa que é acompanhada, segundo o autor, pela autorização (um representante escolhido pelo voto) e pela prestação de contas. Há uma distância do cidadão com a política quando os mesmos não se sentem representados por seus representantes e a prestação de contas não existe, para Santos (2007): “[...] Uma cidadania bloqueada, na medida em que muita gente que é característica do sistema representativo, ou seja, uma cidadania que se baseia na ideia de participação, mas não garante suas condições materiais.” (p.92).

A sociedade de democracia de baixa intensidade é caracterizada, principalmente, por ter grupos sociais dominantes, que tem o poder de acabar com qualquer manifestação

democrática, porque a participação da sociedade, na verdade tem um interesse individual. Santos (2007), afirma que na democracia representativa tem uma parte de participação, que é o voto, mas uma participação limitada, mas necessária à sociedade como a nossa.

A democracia de alta intensidade tem relação com a democracia participativa. Segundo Santos (2007), essa democracia é uma luta contra- hegemônica nas sociedades que vivem na democracia de baixa intensidade. O espaço público não é só do Estado, mas deve promover outras formas de organização. A participação social ganha o poder para transformar relações sociais e práticas culturais.

Santos (2007) aborda sobre três condições fundamentais para o cidadão poder participar: sobrevivência garantida, liberdade e acesso a informação. “Na democracia representativa elegemos os que tomam decisões políticas; na democracia participativa, os cidadãos decidem, tomam as decisões” (p.92). Na democracia participativa também existe as representações por conselhos e delegados.

De acordo com Santos (2007), a articulação entre a democracia representativa e participativa não é possível. Santos (2007) argumenta que essa impossibilidade é devido ao fato de que na democracia representativa há dominação dos partidos enquanto que na participativa há a dominação dos movimentos sociais e associações de bairros. Essa impossibilidade se deve ao fato de que os interesses são muitas vezes antagônicos distintos e defendem posturas diferentes.

Precisamos das demais democracias para construirmos e chegarmos à democracia de alta intensidade, que deve estar presente na escola, tem força na luta contra a desigualdade social, políticas e culturais. Para criar escolas democráticas:

[...] Professores e administradores de diversos grupos raciais, étnicos e culturais devem examinar seus próprios pressupostos, tendências, comportamentos, conhecimentos e paradigmas culturais sobre os que estão baseadas sua pedagogia e a matéria que ensinam. Devem também ajudar os estudantes a identificarem como o conhecimento inserido no currículo é construído (TORRES, 2001.p.205).

A gestão democrática na escola pública requer mudanças no modo de se pensar a cultura da escola, como discutiu Libânio (2004). A cultura da escola deve estar em consonância com os grupos que estão presentes na escola. A sociedade é formada por grupos que nascem da união de indivíduos com modos de vida semelhantes. A presença desses grupos caracteriza uma sociedade multicultural, pois o multiculturalismo estar fortemente ligado às questões dos movimentos sociais, dos negros, das mulheres, dos homossexuais e na escola a partir de uma gestão democrática pode-se levar em consideração e efetivar uma prática multicultural.

MULTICULTURALISMO

Para que possamos compreender o que é o multiculturalismo e como deve fazer parte da organização da escola, baseamos a pesquisa em Torres (2001), Candau (2002) e Touraine (1997), estabelecendo relações com a democracia, com a educação e, mais precisamente com a escola. Abordaremos sobre o surgimento e as concepções do multiculturalismo, para entendermos porque sua presença na escola se faz importante para o reconhecimento e respeito à diversidade cultural.

O multiculturalismo nasce a partir das lutas de classes e vem se desdobrando nos movimentos sociais produzidos e enfrentados pelas sociedades. Os movimentos sociais lutam pelo exercício da cidadania e não apenas pela equidade o que supõe uma mera tolerância às diferenças culturais, mas sim uma redistribuição da igualdade a partir do exercício da cidadania

e democracia. Na escola essa é uma discussão importante, pois é um espaço onde as diferenças são percebidas facilmente por serem claras e diversas.

O termo multiculturalismo é amplo e polissêmico, podendo ser entendido a partir de diversas perspectivas, que segundo Candau (2002), necessita de um aprofundamento para entendermos a articulação entre educação e cultura. Alguns autores propõem uma análise semântica do termo, não havendo consenso na análise deste. Apresenta diferentes interpretações a partir dos prefixos multi, pluri, inter e trans. No entanto, há concepções que os tratam como sendo sinônimos e outras trazem interpretações que se contrapõem.

Para Torres (2001) “Algumas pessoas veem o multiculturalismo como uma filosofia antirracista, outras como uma metodologia para reformas educacionais, outras como um conjunto de áreas específicas dentro dos programas de instrução. Para pessoas diferentes, multiculturalismo significa coisas diferentes” (p.202).

As discussões, metas e enfoques para uma educação multicultural são muitas e variam de acordo com as correntes e posições, mas não cabe aqui tecermos uma discussão ampla, pois nosso objetivo maior nesse momento é apresentar concepções de autores que abordam o assunto e contam um pouco sobre como o multiculturalismo surgiu e vem se configurando no cenário educacional.

Uma educação multicultural exige uma sociedade multicultural. Para se construir essa sociedade é necessário quebrarmos algumas barreiras existentes no que concernem os interesses do comunitarismo, que caminha por uma via contrária do multiculturalismo. Segundo Touraine (1997. p.227-228)

Tudo o que aumenta a distância entre sociedade e comunidades, entre economia globalizada e culturas isoladas, tem efeitos negativos, conduz à destruição das culturas, à violência social e às aventuras autoritárias. Pelo contrário, em todas as partes do mundo, nos países ricos como nos países pobres, sob formas opostas, mas complementares, trata-se de lutar contra a fractura do mundo, das sociedades nacionais e da vida pessoal combinada a unidade e a diversidade, a troca e a identidade, o presente e o passado, a todos os níveis.

Se não começarmos a trilhar esses caminhos, e nos apoiarmos nesses princípios que o autor elenca com tanta pompa, retornaremos a viver em uma sociedade fechada, que busca a homegeinização dos indivíduos. Consideramos que vivemos em uma sociedade intermediária, em busca da construção de uma sociedade multicultural, porém ainda cheia de armadilhas que nos faz “fecharmos num relativismo cultural extremo” (TOURANE, 1997. P.228).

Para Candau (2002, p. 76), o multiculturalismo somente dar-se na educação no momento em que “põe em ações na escola certas escolhas pedagógicas que representem em seus conteúdos e métodos a diversidade cultural do público ao qual se dirige”. Compreendendo-o ainda como uma realidade social na qual convivem diversos grupos culturais com diferentes modos de pensar e agir.

A partir do exposto, baseado nas leituras de autores que trabalham a questão do multiculturalismo e educação, podemos perceber que a discussão é muito ampla e complexa e para que seja colocada no currículo e nas práticas escolares temos que entender a relevância do tema, a partir do conhecimento de todo o processo de surgimento e concretização do multiculturalismo na sociedade.

PROBLEMATIZANDO A PRÁXIS DO GESTOR SOBRE O MULTICULTURALISMO NA ESCOLA

Com o objetivo de problematizar a práxis do gestor da escola pública e identificarmos a concepção sobre os conceitos e a presença do multiculturalismo, democracia e gestão na escola que pedimos a colaboração de uma gestora de uma escola pública de médio porte, na qual funcionam as modalidades de ensino Fundamental e Médio, localizada em um bairro de população de classe média baixa de Mossoró-RN. Sua participação deu-se ao responder um questionário sobre os temas em questão, dando sua colaboração para pesquisa.

Para a elaboração desse questionário elencamos alguns critérios, tais como: as perguntas deveriam se abertas e discursivas; deveriam contemplar a opinião, compreensão e conhecimentos do gestor em relação ao conteúdo abordado pela pesquisa. O questionário continha cinco perguntas compostas por alguns elementos que problematizaria a discussão.

Diante da primeira pergunta sobre qual a compreensão sobre o que é multiculturalismo e como a presença do multiculturalismo deveria ser na escola e no processo de gestão, a gestora escreveu as seguintes palavras:

Multiculturalismo é um termo que descreve a existência de muitas culturas convivendo numa mesma localidade e defende a inter-relação entre elas de forma igualitária e democrática. Resumidamente, é um movimento teórico e uma prática social, que contesta preconceitos e discriminações a indivíduos ou grupos culturais, submetidos a rejeição por sua condição identitária se encontrar fora dos padrões convencionais definidos como “válidos” e “aceitáveis”, seja no espaço escolar ou no contexto social mais amplo.[...]O multiculturalismo deve ser adotado e vivenciado na gestão democrática, evidenciando o sentido político-cultural de se educar, levando em conta no processo formativo dos sujeitos, a necessidade e a importância de se reconhecer, valorizar, respeitar e acolher identidades plurais, buscando superar mecanismo discriminatórios ou silenciadores da diversidade cultural [...](GESTORA COLABORADORA)

Podemos perceber com a resposta da gestora que sua compreensão sobre multiculturalismo é bastante próximo da concepção de autores como Torres (2001) e Candau (2002). No entanto, a mesma exprime a ideia do que seria o multiculturalismo, porém em nenhum momento aponta para ações que a escola sob sua gestão vem praticando para que o multiculturalismo se efetive no cotidiano escolar. Não há a presença do multiculturalismo na escola nem na práxis da gestora, pois em nenhum trecho demonstrou desenvolver práticas baseadas no multiculturalismo e domínio sobre o conceito do mesmo. A gestora apenas se limitou em formular o conceito do termo multiculturalismo baseada em autores que abordam o assunto.

Na segunda questão quando perguntamos qual a sua concepção sobre gestão escolar? Na escola qual é o papel e/ou função do gestor? A gestora respondeu o seguinte:

Gestão escolar é uma expressão relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino ofertados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos. Supera portanto, o enfoque limitado do termo administração escolar. O gestor é um líder dentro da escola, pois rege uma equipe. Mas do que um gestor ele precisa ser educador, pois gerencia não apenas assuntos burocráticos, mas também aspectos humanos da escola. O gestor deve coordenar, organizar e gerenciar todas as atividades da escola, fazendo isso em coletividade com os demais componentes do administrativo, assim como também com o corpo docente e discente para garantir a afetividade educacional na promoção da aprendizagem dos alunos.

A resposta da gestora apresentada acima é bem parecida com a abordagem de Libânio (2004), pois segundo Libânio (2004) o gestor “[...] é o responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico, portanto necessita de conhecimentos tanto administrativos quanto pedagógicos”. Assim, entendemos que o gestor deve ter discursos e opiniões próprias sobre temas que influenciam nos processos de organização escolar.

Na terceira pergunta indagamos sobre qual sua percepção do que é e do que deveria ser a presença da democracia na escola? O que você entende por gestão democrática? A gestora apresentou a seguinte resposta:

A democracia na escola é entendida como um processo construído e conquistado coletivamente que exige respeito, diálogo e poder de decisão de todos que participam da escola [...]. Nesse processo, os sujeitos são desafiados a assumir a autoria e corresponsabilidade pelo planejamento, efetivação e resultados das ações de gestão, fortalecendo o poder coletivo. Gestão democrática demanda estruturas democratizantes como a criação de Grêmios estudantis, Conselhos de classe e Conselhos escolares, onde todas que fazem a escola poderão se fazer representar e decidir sobre aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos, elegendo prioridades e viabilizando soluções para os problemas da escola. Infelizmente, a gestão democrática ainda engatinha nas escolas públicas, pois, o que se constata de fato, é que nem as instituições escolares estão totalmente descentralizadas, nem os colegiados e conselhos funcionam a contento, com autonomia e poder de decisão capazes de garantir a participação da comunidade [...].

Sobre a democracia que estar presente na escola, pudemos constatar que essa é apenas representativa, uma vez que a comunidade participa, de forma limitada, da escolha do gestor, sem participar das decisões por meios dos conselhos;

Na quarta questão, perguntamos se há algum conselho ativo na escola e como deveria ser a participação dos professores e da comunidade escolar nas decisões administrativas e nas atividades pedagógicas?

Sim. O conselho escolar é um importante organismo na escola, um dos instrumentos principais da gestão democrática, pois oportuniza a ampla participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas. Porém, muitas professores se recusam a participar, pois justificam que como não faz parte de sua carga horaria fica muito difícil participar. A seleção dos integrantes do conselho, pais, alunos, professores e funcionários dar-se por eleição direta por segmento e por turno. Cada um deve ser porta-voz de sua categoria e manter contato permanente com ela, para debater as questões antes de defendê-las nas reuniões plenárias. [...] Por todo exposto, afirmo que o conselho escolar da nossa escola precisa melhorar muito para alavancar a qualidade da educação eu almejamos, no entanto, é necessário ressaltar ele é imprescindível para a efetivação do processo de democratização.

Diante da resposta da gestora acreditamos que a existência de um Conselho escolar, assim como as eleições diretas, não garante uma escola democrática. A gestora afirmou que na escola há o Conselho escolar, mas este não é ativo, pois falta compromisso de alguns conselheiros e dificuldade de encontrar pessoas para compor o conselho, já que julgam como um acúmulo de tarefas e porque o trabalho do conselheiro não é reconhecido como parte da carga horária.

Na última questão, perguntamos sobre o que é descentralização da educação? Qual autonomia que o gestor tem ou deveria ter na escola pública? A gestora nos respondeu, afirmando que sua compreensão é:

Descentralizar é, grosso modo, desviar do centro as decisões [...]. Com a descentralização o gestor passa a ter mais liberdade para conduzir a escola no caminho em busca da qualidade do ensino. Deve estar empenhado na capacitação dos seus docentes e funcionários, buscando aperfeiçoamento [...]. A descentralização democrático-participativa não se trata, no entanto de uma cega confiança em se alcançar a completa superação das condições que obstaculizam o perfeito funcionamento da escola, mas trata-se de admitir que unindo esforços e trabalhando conjuntamente se podem promover importantes transformações e realizar grandes conquistas.

A partir da resposta da gestora podemos notar que ela é a favor de uma descentralização e autonomia, porém ela exprime suas ideias mais de uma autonomia e descentralização para gestão escolar, centrando-se apenas no gestor e não na comunidade escolar no seu todo. Consideramos que a gestora não enxerga a possibilidade de haver a descentralização do poder de decisão no interior da escola, por que ao expressar sua ideia de descentralização apenas à relação com a descentralização que deve existir entre Estado e escola, mas a mesma foi capaz de reconhecer que a descentralização é alicerce para a autonomia, afirmando que a escola precisa ser mais autônomas nas tomadas de decisões.

Analisamos a resposta a partir das teorias e concepções apresentadas na primeira parte desse trabalho. O intuito foi relacionarmos teoria e prática como forma de entrevermos o nível de aproximação ou de distanciamento entre ambos.

Diante de alguns trechos das respostas dadas, percebemos que a colaboradora utilizou de textos que discuti a democracia, gestão e multiculturalidade para embasar suas respostas, pois encontramos colocações da gestora idênticas aos textos dos teóricos que utilizamos para realizar a pesquisa teórica. Seria primordial na pesquisa, saber qual sua opinião, compreensão e conhecimentos sobre a temática abordada no questionário.

Perante os resultados da análise, podemos dizer que a democratização da gestão da escola pública torna-se um ideal, por que quem deve lutar por uma escola democrática é a sociedade que não recebe as condições, que para Santos (2004), são primordiais para deixarmos de viver em uma sociedade democrática de baixa intensidade. Os movimentos sociais são exemplos de grupos que buscam uma democracia participativa, o multiculturalismo surge a partir desses movimentos sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A discussão no decorrer do texto nos possibilitou uma reflexão a cerca da presença do multiculturalismo e da democracia nos processos organizacionais da escola pública. Para tanto, se faz necessário repensar as teorias e práticas que embasam o trabalho do gestor escolar e dos profissionais em educação, a partir das concepções do papel do estado, da organização em gestão educacional e da presença do multiculturalismo na escola.

A gestão democrática possibilita a presença do multiculturalismo na escola porque abre caminhos para a participação da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, assim eliminando a centralização do poder de decisão e incluindo todos no processo organizacional.

Podemos identificar a presença do multiculturalismo e democracia nos processos organizacionais da escola pública quando a instituição assume uma gestão democrática que

respeite a diversidade cultural nas ações pedagógicas, conteúdos e métodos adotado, uma vez que o multiculturalismo representa a luta de grupos pelo reconhecimento da sua cultura e cidadania.

Para que a escola seja realmente um espaço democrático, devemos lutar por uma democracia participativa e de alta intensidade, ou seja, uma democracia onde todos possam participar da construção da escola que deseja, e que os processos organizacionais respeitem as diferenças e as peculiaridades existentes na escola. Finalizamos esse trabalho citando Medeiros et al (2012,p.126): “Portanto, faz-se preciso fomentar o diálogo no contexto das organizações sociais, considerando suas especificidades, sua constituição histórica, os traços culturais dos sujeitos envolvidos, e cultivar valores pertencentes á comunidade de modo que ela construa processos próprios de convivência democrática.”

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria (Org.). Sociedade, Educação e Cultura(s):questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HORA, Dinair Leal da.Gestão Democrática na Escola. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de; OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo; DIEB, Messias Holanda (Orgs.). **Educação na Contemporaneidade**: políticas e gestão dos sistemas e da escola pública. Curitiba, PR: CRV, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TORRES, C. A. Teoria crítica e sociologia política da educação. São Paulo: Cortez, 2003.

TOURAINÉ, Alain. Iguais e diferentes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VIRIATO, E.O. Processo de redefinição da “gestão democrática” da escola pública. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 11,2002. Goiânia. Cd rom.

Submetido em: Julho de 2015

Aprovado em: Dezembro de 2015